

Cardoso busca 'maioria política' para mudanças

FHC
JORNAL DE BRASÍLIA

06 NOV 1994

Fernando Henrique Cardoso pode atrair para um bloco parlamentar de apoio à reforma da Constituição nada menos que 391 deputados e 68 senadores, número superior aos três quintos (308 deputados e 49 senadores) necessários para aprovar emendas à Carta. Graças a esse bloco, que iria do PPR ao PSDB, passando por PFL, PL, PTB, PP e PMDB, o novo governo teria tranquilidade para fazer as alterações constitucionais nos primeiros seis meses, aproveitando o respaldo da sua espetacular vitória no primeiro turno, com 54% dos votos válidos.

O pedetista Miro Teixeira (PDT-RJ) não deve fazer parte do bloco do governo, mas sugere ao futuro presidente uma linha de ação para viabilizar as mudanças no País. Na opinião de Miro, Fernando Henrique deveria apresentar à sociedade um amplo projeto de reformas que poderiam culminar em um grande entendimento nacional, a exemplo do que ocorreu na Espanha com o Pacto de Moncloa. Segundo Miro, a expressiva votação de Fernando Henrique e a alta renovação no Congresso criam um clima no País favorável ao entendimento.

Fernando Henrique tem passagem no Congresso e é um homem respeitado. Se trabalhar politicamente com a opinião pública, conseguirá as reformas que o País precisa.

O próximo dia 15, segundo turno das eleições estaduais, decidirá o rumo das negociações. Com o resultado das urnas, a força de cada partido ficará clara e indicará os interlocutores de cada legenda, principalmente no PMDB. Estão em jogo o limite da influência do ex-presidente José Sarney (PMDB-AP), que tenta eleger a filha Roseana governadora do Maranhão, e do grupo gaúcho no partido, que depende da eleição do ex-ministro Antônio Britto.

Majoria A intenção de Fernando Henrique é articular com os partidos as reformas. Para ter sucesso, precisa não só de uma maioria de votos no Congresso, mas de uma maioria política, segundo o tucano José Aníbal (PSDB-SP). Para ele, o



Miro: experiência espanhola

fundamental para Fernando Henrique é obter convergência com os partidos políticos e a sociedade:

“A maioria de votos muitas vezes é imprestável para fazer as reformas. O caminho é buscar maioria política”

Apesar de todos concordarem com a necessidade de se obter uma base de apoio estável, a forma de apresentar, de negociar e até de discutir as emendas não encontra unanimidade. Para o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), relator da fracassada revisão constitucional, Fernando Henrique deveria “queimar

etapas”. Ou seja, enviar ao Congresso antes da posse as propostas para que elas passem pelas etapas regimentais necessárias e estejam prontas para entrar na pauta logo no início do governo.

Compromissos — O deputado José Genofino (PT-SP) desaconselha qualquer tentativa de reformar o regime. Para ele, isso abriria uma disputa jurídica interminável. Já o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) acredita que Fernando Henrique deveria assumir os compromissos de não tocar nos monopólios e condicionar as reformas ao referendo popular.

“Seria um novo pacto este que é o grande momento da democracia brasileira”, definiu Miro Teixeira, referindo-se ao grande acordo nacional que viabilizou a transição na Espanha da ditadura franquista para a modernidade.

No PMDB, o vice-líder Germano Rigotto (RS) acha que deveria ser criada uma comissão tripartite, com membros da equipe de transição, líderes do Congresso e integrantes do atual governo. Essa comissão, explica Rigotto, chegaria a uma proposta de emenda, respaldada pelo bloco E, se possível, pelos partidos que devem ficar na oposição, como PT e PDT. (AG)